



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ÚNICA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BANANEIRAS/PB

Processo: 08000964120208150081

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUZIA BEZERRA DE SOUSA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^a, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

DA AUSÊNCIA DE NEXO ENTRE A LESÃO APONTADA NO LAUDO PERICIAL E AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NOS DOCUMENTOS MÉDICOS

A Lei que regula a indenização pleiteada pela parte Autoral é a Lei n.º 6.194/74, a qual determina que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a invalidez e o acidente noticiado.

Em que pese à parte autora ter juntado aos autos documentos médicos e uma comunicação policial unilateral, não há elementos capazes de comprovar **que a lesão apresentada “CALCÂNEO ESQUERDO” seja em decorrência do acidente de trânsito.**

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos atestam que inexistente nexo causal entre o acidente e a suposta invalidez da vítima no **“CALCÂNEO ESQUERDO”**, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexo entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo.

Portanto, no que pese o laudo pericial atestar a existência de invalidez permanente, quantificando-a, o mesmo não se presta a comprovar cabalmente nexo de causalidade entre as lesões e um acidente automotor. Perceba que toda documentação carreada aos autos, em especial NO BOLETIM DE ATENDIMENTO MÉDICO, BEM COMO EM TODA A DOCUMENTAÇÃO MÉDICA ACOSTADA AOS AUTOS, apontam no sentido da ausência de correspondência entre o dano suportado, **“CALCÂNEO ESQUERDO”** e um sinistro de trânsito.

ORA EXA., NÃO HÁ NOS AUTOS, NENHUM DOCUMENTO MÉDICO QUE COMPROVE A SUPOSTA LESÃO NO “CALCÂNEO ESQUERDO”, E MAIS, CUMPRE AINDA INFORMAR QUE NÃO EXISTE NA TABELA PREVISTA EM LEI, O ENQUANDRAMENTO DA LESÃO APONTADA NO R. LAUDO PERICIAL, “CALCÂNEO ESQUERDO”.

Diante do exposto, não tendo sido cabalmente comprovado o nexo de causalidade entre o suposto acidente automotor e a invalidez constatada, merece ser julgada totalmente improcedente a presente demanda nos termos do art. 487, I do CPC.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BANANEIRAS, 21 de outubro de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PB 4246-A

SUELIO MOREIRA TORRES
15477 - OAB/PB